

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026.

Processo nº: 395/2026 1Doc.

Modo de Disputa: ABERTO.

Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Orçamento Sigiloso: NÃO.

Data e Hora: 28/05/2026, às 08h30min.

Site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Torna-se público que o município de SÃO FRANCISCO DE ASSIS, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Decreto Municipal nº 1.518/2025 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

- 1.1. O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO, tudo de acordo com o Termo de Referência, o qual consta em anexo do presente edital.
- 1.2. O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da lei 14.133/2021.
- 1.3. A licitação será realizada pelo menor preço por lote.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as exigências do presente edital e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 3.4. Não poderão participar da presente licitação:
 - 3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si.
- 3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#), estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6. O autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 4.1. A proposta deverá ser inserida no sistema até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.
- 4.2. O envio da proposta nos termos do disposto no **item 4.1** ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.4. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I. Valor unitário e total para cada lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional, com DUAS CASAS DECIMAIS;
 - II. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado (conforme o caso);
 - III. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 4.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- 4.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.7. O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico, devendo ser declarado no sistema.
- 4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.9. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on-line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:
- I. Declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - II. Declaração para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de

dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

- III. Declaração de concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos no edital;
 - IV. Sob pena de desclassificação, declaração que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
 - V. Declaração de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
 - VI. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - VII. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.
 - 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
 - 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:

- 5.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 5.2. É facultado ao pregoeiro analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.
- 5.3. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.
- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.
- 5.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 5.6. Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, que incidirá tanto em

relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

- 5.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.8. Caso seja utilizado o modo de disputa ABERTO/FECHADO, será definido o prazo de disputa de 15 (quinze) minutos por item, acrescidos de 10 (dez) minutos randômicos.
 - 5.8.1. Transcorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 5.9. Encerrado o prazo de que trata o item 5.8.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 5.9.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.9, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.
- 5.12. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 5.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.14. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - I. empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul;
 - II. empresas brasileiras;

- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.15. As regras de desempate previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6. FASE DE JULGAMENTO:

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, através do site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
 - 6.1.1. **Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.**
- 6.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.3 e 4.9, inciso I deste edital.
- 6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.4. Serão desclassificadas as propostas que:
 - I. contiverem vícios insanáveis;
 - II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - III. apresentarem preços inexequíveis;
 - IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 6.5. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 6.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do item 6.4.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.7, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. FASE DE HABILITAÇÃO:

- 7.1. Concluída a fase de julgamento das propostas, dar-se-á início à fase de habilitação das licitantes classificadas.
- 7.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- I. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão semelhante, em se tratando de sociedades

comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

- II. Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou CPF (cadastro de Pessoas Físicas);
 - III. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - IV. Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente a Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;
 - V. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
 - VI. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
 - VII. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
 - VIII. Certidão negativa em Matéria falimentar, concordatária e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
 - IX. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na aplicação da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011;
 - X. Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento semelhante, para as empresas que usufruíram dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou por cópia, preferencialmente assinados de forma eletrônica, quando necessários.
 - 7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
 - 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados em formato digital, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, no prazo fixado pelo Pregoeiro no momento da solicitação, admitida uma única prorrogação por igual período, mediante justificativa.
 - 7.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
 - a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- c) suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 7.8. Encerrado o prazo concedido para o envio da documentação complementar, e não havendo manifestação por parte da licitante, considerar-se-á encerrada a oportunidade de apresentação, resultando na sua inabilitação no presente certame.
- 7.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 8.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 8.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 8.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 8.8. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 8.9. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser reajustados, mediante solicitação fundamentada do

fornecedor e aprovação da Administração Pública, observadas as seguintes condições:

- I. O reajuste será efetuado com base na variação acumulada do índice econômico Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, considerando-se os últimos 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata.
- II. A concessão do reajuste dependerá de manifestação formal e expressa da Administração Pública, após análise técnica e jurídica favorável da solicitação apresentada pelo fornecedor.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:

- 9.1. A formação do cadastro reserva será realizada após a fase de habilitação dos licitantes, em campo próprio no sistema.
- 9.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
 - 9.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 9.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 9.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 9.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 10.1. As condições de pagamento constam no Termo de Referência e/ou na Ata de Registro de Preços.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
 - 11.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. RECURSOS:

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 12.2, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);
 - e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.6. Fraudar a licitação.
- 13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I. advertência;
 - II. multa;
 - III. impedimento de licitar e contratar e;
 - IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, o qual ficará responsável pela adjudicação e homologação do objeto do certame.

15. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ARP dentro do prazo de **5 (cinco) úteis** dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Contratações Públicas (PNCP) no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no site oficial do município, <https://www.saofranciscodeassis.rs.gov.br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I. Termo de Referência;



-
- II. Modelo de Proposta Readequada;
 - III. Minuta da Ata de Registro de Preços.

São Francisco de Assis, 14 de maio de 2026.

RUBEMAR PAULINHO SALBEGO,
Prefeito Municipal.

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 395/2026 1Doc

Município de São Francisco de Assis – RS

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Necessidade da Administração: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO, a fim de suprir demanda da Rede Pública Municipal de Ensino de São Francisco de Assis/RS.

1.2. Os bens/produtos a serem adquiridos por intermédio da contratação pretendida possuem as seguintes especificações:

TABELA 01						
LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
01.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 160 cm e LARGURA TOTAL: 200 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 04 (quatro) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte inferior [50 cm], sendo as 02 (duas) folhas laterais fixas [50 cm] e 02 (duas) centrais de correr [55 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	30	1.542,59	46.277,70
02.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 150 cm e LARGURA TOTAL: 180 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 04 (quatro) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte inferior [50 cm], sendo as 02 (duas) folhas laterais fixas [45 cm] e 02 (duas) centrais de correr [49 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias	Unidade	01	04	1.373,44	5.493,76



	(fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.					
03.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 197 cm e LARGURA TOTAL: 108 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte inferior [54 cm], sendo 01 (uma) folha fixa [54 cm] e 01 (uma) folha de correr [59 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	13	1.055,25	13.718,25
04.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 145 cm e LARGURA TOTAL: 147 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [73,5 cm] e 01 (uma) folha de correr [78,5 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	09	953,40	8.580,60
05.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 110 cm e LARGURA TOTAL: 128 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [64 cm] e 01 (uma) folha de correr [69 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	04	730,32	2.921,28
06.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 148 cm e LARGURA TOTAL: 97 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [74 cm] e 01 (uma) folha de correr [79 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco);	Unidade	01	06	729,49	4.376,94



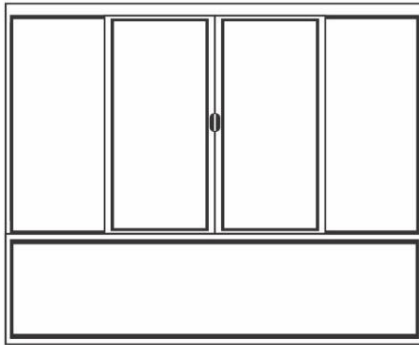
	CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.					
07.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 120 cm e LARGURA TOTAL: 119 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [59,5 cm] e 01 (uma) folha de correr [64,5 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	06	707,57	4.245,42
08.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 100 cm e LARGURA TOTAL: 120 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [60 cm] e 01 (uma) folha de correr [65 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	04	652,65	2.610,60
09.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 100 cm e LARGURA TOTAL: 100 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [50 cm] e 01 (uma) folha de correr [55 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	04	599,76	2.399,04
10.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 128 cm e LARGURA TOTAL: 157 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [78,5 cm] e 01 (uma) folha de correr [83.5 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	08	921,41	7.371,28
11.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA	Unidade	01	03	655,58	1.966,74



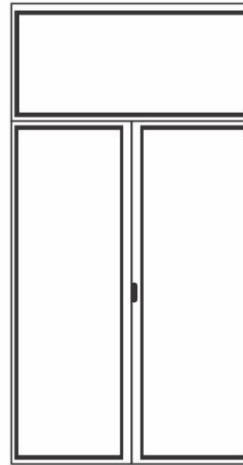
	TOTAL: 86 cm e LARGURA TOTAL: 154 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [77 cm] e 01 (uma) folha de correr [82 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.					
12.	PORTA COMPLETA – DIMENSÕES DA PORTA: ALTURA TOTAL: 258 cm e LARGURA TOTAL: 253 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 04 (quatro) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte superior [48 cm], sendo: 02 (duas) folhas laterais fixas [50 cm] e 02 (duas) centrais [55 cm]; ABERTURA DAS DUAS FOLHAS CENTRAIS PARA FORA; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03	3.231,06	9.693,18
13.	PORTA COMPLETA – DIMENSÕES DA PORTA: ALTURA TOTAL: 210 cm e LARGURA TOTAL: 180 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas; ABERTURA DAS DUAS FOLHAS CENTRAIS PARA FORA; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03	1.871,10	5.613,30
14.	PORTA COMPLETA – DIMENSÕES DA PORTA: ALTURA TOTAL: 281 cm e LARGURA TOTAL: 182 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte superior [50 cm]; ABERTURA DAS DUAS FOLHAS CENTRAIS PARA FORA; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03	2.531,53	7.594,59
VALOR DO LOTE (ESTIMADO): R\$ 121.309,90						

MODELOS

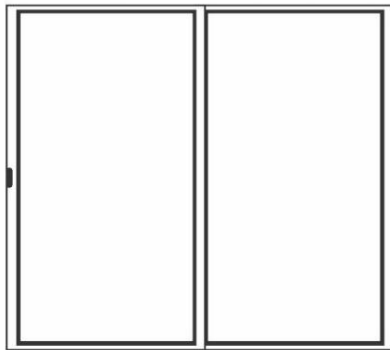
ITENS 01 E 09



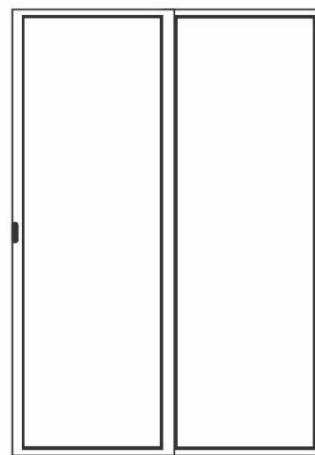
ITEM 02



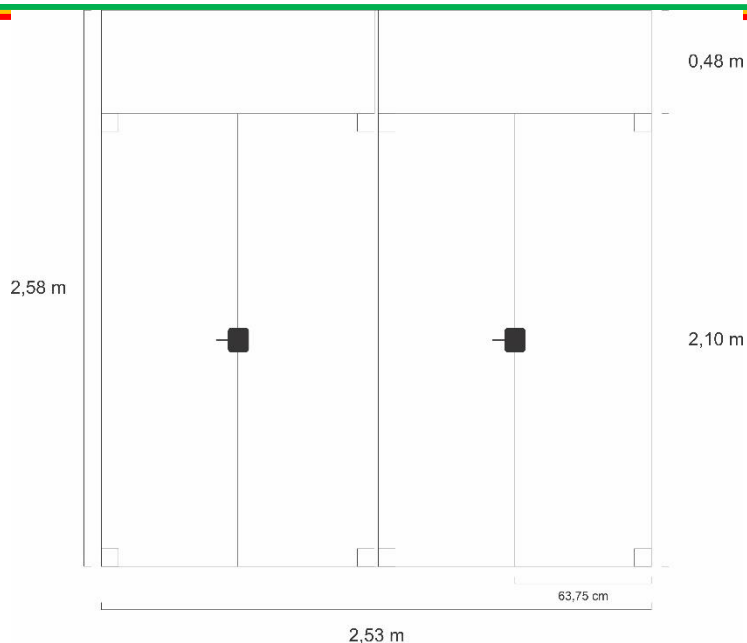
ITENS 03, 04, 06, 07, 08, 10 E 11



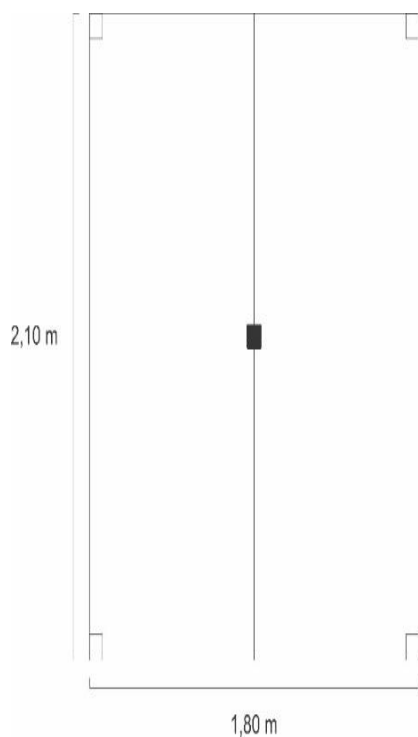
ITEM 05



ITEM 12



ITEM 13



ITEM 14

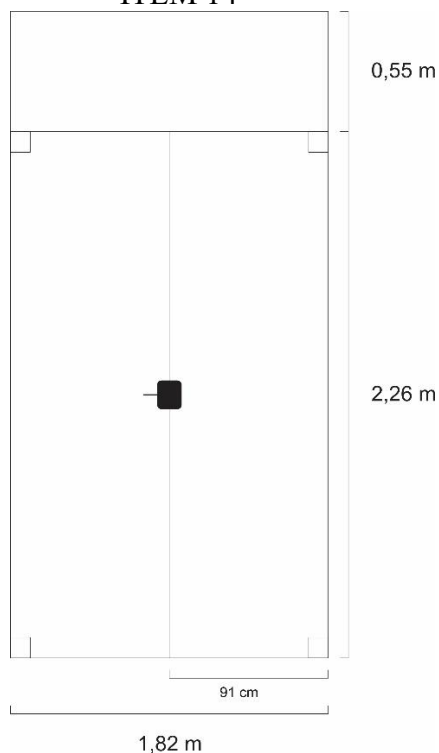


TABELA 02

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS

Nº	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO
----	-------------------	----------

01.	SMEC	Avenida 13 de Janeiro, 1467, Bairro Centro
02.	EMEF CORONEL PIMBA	Rua Genésio Adolfo Barcelos, 25, Bairro Assis Brasil
03.	EMEF CLOTÁRIO FOUCHARD	Rua Irmãos Kaminski, 174, Bairro João XXIII
04.	EMEF JOSÉ BATISTA POMPEU	Rua Barros Cassal, 2160, Bairro Getulio Vargas
05.	EMEF ASSIS BRASIL M. BITENCOURT	Avenida 13 de Janeiro, 1415, Bairro Centro
06.	EMEF WILSON AZAMBUJA VIEIRA	Rua Assis Brasil, 2357, Bairro Vila Nova
07.	EMEF SÃO CONRADO	Piquiri – 2º Distrito (distância aprox. da sede: 50 Km)
08.	EMEF DUQUE DE CAXIAS	Beluno – 4º Distrito (distância aprox. da sede: 50 Km)
09.	EMEI OLGA MARY RIBEIRO CORRÊA	Rua XV de Novembro, s/nº, Bairro João XXIII
10.	EMEI PIMENTINHA	Rua João de Deus, s/ nº, Bairro João de Deus
11.	CMEI TREM DA ALEGRIA	Rua Heitor Lara de Carvalho, 2270, Bairro Vila Nova
12.	EMEI PROF ^a . LUCINDA CHIMELO	Rua Garibaldi, 1047, Bairro Matheus Mandarin
13.	EMEI DENTE DE LEITE	Rua 10 de Novembro, 25, Bairro Matheus Mandarin
14.	ESPAÇO INTEGRADO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (ANTIGA E.M.E.E. ROMEU DEDÉ RIBEIRO).	Rua Borges de Medeiros, nº2700, Bairro Centro

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO, cuja necessidade e viabilidade encontram-se devidamente demonstradas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apenso a este processo.

2.2. Imperioso destacar que os materiais solicitados serão destinados à realização de benfeitorias (substituição de esquadrias – portas e janelas) na infraestrutura dos educandários integrantes da Rede Municipal de Ensino, mediante planejamento administrativo, medida imprescindível para que a municipalidade possa ofertar a comunidade escolar estabelecimentos de ensino dotados de boas condições estruturais, indispensáveis ao adequado processo de ensino-aprendizagem, englobando não apenas o fornecimento e a instalação, mas também a respectiva garantia contra defeitos de fabricação e execução, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO, de forma parcelada e eventual, visando atender às necessidades desta Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme os parâmetros e justificativas definidos no Estudo Técnico Preliminar e detalhados neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os bens e serviços desejados possuem NATUREZA COMUM tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A presente contratação será realizada por meio do devido processo licitatório, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, com critério de JULGAMENTO POR MENOR PREÇO POR LOTE, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), com fundamento no Decreto nº 10.024/2019 e no disposto nos arts. 82 ao 86 c/c o art. 17, §2º e art.34, caput todos da Lei Federal nº14.133/2021.

4.3. Para o fornecimento dos produtos e a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, bem como preencher os requisitos técnicos e apresentar a documentação exigida a título de habilitação conforme definido no edital, nos termos do disposto no “CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO” (arts.62 ao 70), Título II, da Lei Federal nº14.133/2021.

4.4. Em atendimento aos critérios de sustentabilidade aplicáveis a este objeto, a contratada será responsável pela coleta, acondicionamento, transporte e disposição final ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos (entulhos, esquadrias antigas e vidros) gerados na execução dos serviços, priorizando a reciclagem, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar.

4.5. **Fica vedada a subcontratação.**

5. REGRAS DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

5.1. O gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços caberá à Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis/RS, por intermédio do Departamento de Licitações do Município, a quem competirá praticar todos os atos de controle e administração do SRP.

5.2. Fica VEDADA a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório (órgãos não participantes ou “caronas”), em conformidade com as diretrizes do Estudo Técnico Preliminar e da regulamentação vigente.

5.3. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando a empresa:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovar a existência de fato superveniente que inviabilize o preço; ou
- IV - sofrer sanção administrativa de impedimento de licitar ou contratar, ou declaração de inidoneidade.

5.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso para a Administração.

6.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em 12 (DOZE) MESES, contados da sua assinatura, em conformidade com as disposições nela contidas.

6.3. A contratada terá o prazo de 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, contados do recebimento formal da Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente, para efetuar a entrega e a completa instalação das esquadrias de vidro temperado nos locais indicados pela Administração.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto ocorrerá por meio do fornecimento dos bens/produtos e da respectiva instalação (1.2), em estrita observância às especificações constantes no extrato/contrato e na proposta.

7.2. Os produtos deverão ser entregues e instalados no(s) local(ais) indicado(s) na Tabela nº 02 (1.2.), conforme demanda desta Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

7.3. Os bens/produtos e serviços serão recebidos:

- ❖ PROVISORIAMENTE, a partir da entrega e da instalação dos bens/produtos, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência, da proposta do fornecedor e do contrato, quando couber;
- ❖ DEFINITIVAMENTE, a partir da análise do cumprimento das obrigações contratuais, mediante de termo detalhado, assinado por servidor ou comissão especialmente designada para tal fim (art. 140, I, b/art. 140, II, b – Lei Federal nº14.133.2021).

7.4. Caso não seja possível a entrega e instalação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (DOIS) DIAS (considerando-se para tanto 48 [quarenta e oito] horas) de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.5. Os produtos ou serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser reparados ou substituídos por outros que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos do produto solicitado.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos de correntes da incorreta execução do contrato.

7.7. Para a perfeita execução do objeto desta contratação, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor - Lei nº8.078/1990.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, sendo que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura possui servidores para atuarem como fiscais do contrato, conforme portaria.

8.2. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura indica os seguintes servidores para atuarem como fiscais do contrato: EVANDRO MACHADO FARIAS (Titular) e RODRIGO ANCHIETA AIRES (Suplente), os quais deverão fiscalizar a execução do contrato, prestar toda a assistência e orientação que se fizerem necessárias.

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência/atribuição deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

8.4. Caberá ao Secretário(a) de cada pasta, no que couber, atuar como gestor do contrato, gerenciando e coordenando o acompanhamento/fiscalização da execução do contrato.

8.5. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.7. O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

8.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.9. O fiscal do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.10. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é imprescindível que outras fases/etapas sejam concluídas, tais como:

- a) elaboração de minuta do edital/ ata de registro de preços, caso aplicável;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação, caso aplicável;
- d) elaboração de minuta do contrato, caso aplicável;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho;
- k) assinatura e publicação do contrato, caso aplicável.

9. DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO

9.1. O prazo mínimo de garantia exigido para os bens fornecidos e serviços executados será de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

9.2. A garantia abrangerá, de forma integral e sem ônus para a Administração, a reparação, correção, remoção ou substituição de vícios e defeitos, incluindo, mas não se limitando a: defeitos de fabricação do vidro (como bolhas, manchas ou estilhaçamento espontâneo), problemas nos perfis de alumínio e ferragens (como oxidação, descascamento ou falhas mecânicas), bem como vícios decorrentes da execução do serviço (falhas de vedação, fixação irregular ou falta de prumo).

9.3. Durante o período de garantia, após notificada formalmente pela Administração, a contratada terá o prazo máximo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS para realizar a substituição ou o reparo do item defeituoso.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A medição para fins de pagamento será realizada com base na plena execução do objeto (fornecimento e instalação das esquadrias), devidamente atestada pelo fiscal do contrato ou responsável designado.

10.2. O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) DIAS, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos e da conclusão da instalação, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente conferida e atestada pelo fiscal do contrato, observadas as condições previstas no edital e no contrato.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Consoante disposto no item 4 deste Termo de Referência, a contratação se dará mediante o devido processo licitatório, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, com critério de JULGAMENTO POR MENOR PREÇO PORLOTE, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), com fundamento no Decreto nº 10.024/2019 e nos arts. 82 ao 86 c/c o art. 17, §2º e art.34, *caput* todos da Lei Federal nº14.133/2021.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. Estima-se para a contratação almejada o valor aproximado de R\$ 121.309,90 (CENTO E VINTE E UM MIL TREZENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

12.2. Conforme análise detalhada na pesquisa de preços apensa a este processo, o valor estimado está em sintonia com o praticado no mercado, tendo sido a estimativa elaborada de acordo com a regulamentação municipal vigente.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O Por se tratar de contratação sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), a indicação prévia da dotação orçamentária é inexigível nesta fase de planejamento, sendo requerida somente no momento da efetiva celebração do contrato ou da emissão do respectivo empenho, conforme autoriza a legislação vigente.

São Francisco de Assis/RS, 06 de março de 2026.

PRESCILLA SILVEIRA SAQUETT
Secretária Municipal de Educação e Cultura

RODRIGO ANCHIETA AIRES
Agente Administrativo
Setor Administrativo - SMEC

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA READEQUADA AO ÚLTIMO VALOR OFERTADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

À Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis-RS

EMPRESA (RAZÃO SOCIAL): _____

CNPJ Nº: _____

ENDEREÇO: _____ E- MAIL: _____

TELEFONE (WHATSAPP): _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: _____ CARGO: _____

CPF: _____

DADOS BANCÁRIOS DA
EMPRESA: _____

Itens	PRODUTO	Unidade	Quantidade máxima	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01					
02					
03					
04					

*** ADEQUADOS AO ÚLTIMO VALOR OFERTADO**

Data.....

.....
Assinatura legível do Representante da Empresa

Nome, nº do RG e nº do CPF do Representante da Empresa

***Obs.: Esta proposta deverá estar acompanhada dos documentos exigidos para habilitação.**

ANEXO III -

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx /2026

Processo nº: 395/2026 1Doc

Pregão Eletrônico nº 029/2026

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

O Município de São Francisco de Assis/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º 87.896.882/0001-01, com sede na cidade de São Francisco de Assis, neste ato representado pelo prefeito municipal, RUBEMAR PAULINHO SALBEGO, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1.518/2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO:

- 1.1 A presente Ata tem por objeto a aquisição eventual e parcelada de FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS EM VIDRO TEMPERADO, devidamente especificado(s) no Termo de Referência, anexo do(a) Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 029/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2 A fiscalização da presente ata de registro de preços será executada pelos) servidores, EVANDRO MACHADO FARIAS (Titular) e RODRIGO ANCHIETA AIRES (Suplente)
- 1.3 A fiscalização do recebimento dos materiais/serviços da presente ata de registro de preços será executada por servidor designado conforme indicação da Secretaria requisitante.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

- 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2

FORNECEDOR: _____ CNPJ nº _____
Endereço: _____
Telefone nº: _____ E-mail: _____



TABELA 01

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
01.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 160 cm e LARGURA TOTAL: 200 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 04 (quatro) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte inferior [50 cm], sendo as 02 (duas) folhas laterais fixas [50 cm] e 02 (duas) centrais de correr [55 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	30		
02.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 150 cm e LARGURA TOTAL: 180 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 04 (quatro) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte inferior [50 cm], sendo as 02 (duas) folhas laterais fixas [45 cm] e 02 (duas) centrais de correr [49 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	04		
03.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 197 cm e LARGURA TOTAL: 108 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte inferior [54 cm], sendo 01 (uma) folha fixa [54 cm] e 01 (uma) folha de correr [59 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	13		
04.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 145 cm e LARGURA TOTAL: 147 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [73,5 cm] e 01 (uma) folha de correr [78,5 cm – 05 cm de transpasse];	Unidade	01	09		



	fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.					
05.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 110 cm e LARGURA TOTAL: 128 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [64 cm] e 01 (uma) folha de correr [69 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	04		
06.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 148 cm e LARGURA TOTAL: 97 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [74 cm] e 01 (uma) folha de correr [79 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	06		
07.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 120 cm e LARGURA TOTAL: 119 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [59,5 cm] e 01 (uma) folha de correr [64,5 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	06		
08.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 100 cm e LARGURA TOTAL: 120 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [60 cm] e 01 (uma) folha de correr [65 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco);	Unidade	01	04		



	CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.					
09.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 100 cm e LARGURA TOTAL: 100 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [50 cm] e 01 (uma) folha de correr [55 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	04		
10.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 128 cm e LARGURA TOTAL: 157 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [78,5 cm] e 01 (uma) folha de correr [83.5 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	08		
11.	JANELA DE CORRER COMPLETA – DIMENSÕES DA JANELA: ALTURA TOTAL: 86 cm e LARGURA TOTAL: 154 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas, sendo 01 (uma) folha fixa [77 cm] e 01 (uma) folha de correr [82 cm – 05 cm de transpasse]; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03		
12.	PORTA COMPLETA – DIMENSÕES DA PORTA: ALTURA TOTAL: 258 cm e LARGURA TOTAL: 253 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 04 (quatro) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte superior [48 cm], sendo: 02 (duas) folhas laterais fixas [50 cm] e 02 (duas) centrais [55 cm]; ABERTURA DAS DUAS FOLHAS CENTRAIS PARA FORA; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03		



13.	PORTA COMPLETA – DIMENSÕES DA PORTA: ALTURA TOTAL: 210 cm e LARGURA TOTAL: 180 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas; ABERTURA DAS DUAS FOLHAS CENTRAIS PARA FORA; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03	
14.	PORTA COMPLETA – DIMENSÕES DA PORTA: ALTURA TOTAL: 281 cm e LARGURA TOTAL: 182 cm; confeccionada em vidro temperado liso incolor e de espessura de 10 mm; composta por 02 (duas) folhas e 01 (um) vidro fixo na parte superior [50 cm]; ABERTURA DAS DUAS FOLHAS CENTRAIS PARA FORA; fabricada sob medida; jogo de esquadrias (fechaduras, travas, trilhos e perfis: alumínio cor branco); CONFORME MODELO ANEXO; INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	01	03	
VALOR DO LOTE (ESTIMADO): R\$					

2.3 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, a contar do dia da última assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados serão renovados integralmente, adicionando-se novo quantitativo equivalente ao previsto na ata original.

4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.1.1 **Aceitarem cotar os itens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e**

4.4.1.2 **Mantiverem sua proposta original.**

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5 O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do subitem 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio <https://www.saofranciscodeassis.rs.gov.br>.

4.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o inciso I do item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

5.1.1.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão a alteração do preço registrado, mediante

comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

7.1 O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não entregar o item/serviço, no prazo estabelecido pela Administração no instrumento contratual ou equivalente, sem justificativa razoável; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público; ou

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8 DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9 CONDIÇÕES GERAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital.

E por estarem justos e acertados, assinam a presente Ata de Registro de Preços de forma digital, para que produza os efeitos legais.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)